



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVICO DE CANIL CENTRAL - SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF

LIQ. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13952477/2020-SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PE

Processo nº 08200.009325/2019-21

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

POLÍCIA FEDERAL
PREGÃO Nº/2020.
(Processo Administrativo n.º 08200.009325/2019-21)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Material de Consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes;

1.2. Será adotada a modalidade **Pregão Eletrônico**, no **Sistema de Registro de Preços**, mediante licitação por itens, do tipo menor preço por item, facultando-se aos licitantes a participação em quantos itens forem do seu interesse, em função das peculiaridades da aquisição;

1.3. Além de atender a demanda da **Polícia Federal (PF)**, como **Órgão Gerenciador**, o presente Termo visa também atender a demanda dos demais órgãos/entidades da administração pública, abaixo discriminados, que manifestaram interesse em participar do pretenso Sistema de Registro de Preços, na forma de **Órgãos Participantes**, após o procedimento de Intenção de Registro de Preços (200334 - IRP nº 12/2019), conforme previsto no artigo 4º do Decreto nº 7.892/2013;

1.3.1. Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS) – UASG 200354 – Item aderido: 01 (atual item 60);

1.3.2. Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso (SR/PF/MT) – UASG 200374 – Item aderido: 01 (atual item 61);

1.3.3. Superintendência Regional da Polícia Federal em Belo Horizonte (SR/PF/MG) – UASG 200350 – Itens aderidos: 01 (atual item 62);

1.3.4. Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE) – UASG 200398 – Item aderido: 01 (atual item 63);

1.3.5. Batalhão da Polícia do Exército de Brasília (BPE) – UASG 160060 – Itens aderidos: 03, 04, 06, 08, 09, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 40, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 58.

1.4. A licitação será dividida em 63 (sessenta e três) Itens, conforme especificações e quantidades discriminadas na **Planilha Geral de Quantitativos** abaixo:

PLANILHA GERAL DE QUANTITATIVOS									
RAÇÕES									
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT (*)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL / UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL	
01	Ração da categoria “Super Premium”, para cães Adultos de grande porte, com peso entre 20 e 40 kg, com mais de 15 (quinze) meses de idade, de alta digestibilidade, enriquecida com glucosamina e taurina, de acordo com as especificações definidas abaixo:	311057	kg	5.000	500	5.000	10,92	54.600,00	
	Níveis de garantia								Quant.
	Proteína Bruta (mín.)								26%

	Extrato Etéreo (mín.)	14%															
	Matéria Mineral (máx.)	8,0%															
	Matéria Fibrosa (máx.)	4%															
	Umidade (máx.)	10%															
	Minerais	Quant.															
	Fósforo (mín.)	0,60%															
	Cálcio (mín.)	0,70%															
	Cálcio (máx.)	1,60%															
	Sódio (mín.)	0,20%															
	Potássio (mín.)	0,45%															
	02	Ração da categoria "Super Premium" para cães filhotes de grande porte, com até 15 (quinze) meses de idade, de alta digestibilidade, enriquecida com ômega 3 e 6, de acordo com as especificações definidas abaixo:		311067	kg	4.000	500	4.000	11,10	44.400,00							
		Níveis de garantia	Quant.														
Proteína bruta (mín.)		28,00%															
Extrato etéreo (mín.)		14,00%															
Matéria mineral (máx.)		7,50%															
Matéria fibrosa (máx.)		3,00%															
Umidade (máx.)		10,00%															
Minerais		Quant.															
Fósforo (mín.)		0,68%															
Cálcio (mín.)		0,75%															
Cálcio (máx.)		1,40%															
Sódio (mín.)		0,20%															
Potássio (mín.)		0,44%															
VALOR TOTAL - RAÇÕES - COAD											99.000,00						
MATERIAL DE CONSUMO DE USO VETERINÁRIO																	
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT (*)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL / UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL									
03	Aditivo probiótico para cães com composição mínima de saccharomyces cerevisiae (mín.) 3,33 x 105UFC, lactobacillus acidophillus (mín.) 3,33 x 107UF, bifidobacterium bifidum (mín.) 3,33 x 107UFC, enterococcus faecium (mín.) 1,66 x 107UFC, lactobacillus plantarum (mín.) 1,66 x 107UFC. Seringa dosadora contendo 14g de produto cada. Produto de referência:	150364	und	150	50	150	21,44	3.216,00									
				COAD													
				100	50	100		2.144,00									
				BPE/DF													

	Probiótico Vetnil ou similar.							
04	Adsorvente de toxinas e venenos presentes no trato gastrointestinal em pó, com composição mínima de 40g de carvão ativado, 40g de zeolita, 10g de caolim e 10g de pectina para cada 100g. Embalagem individual com 08g cada. Produto de referência: Enterex ou similar.	150364	und	50	10	50	7,08	354,00
				COAD				
				20	10	20	141,60	
				BPE/DF				
05	Agente antibacteriano, antifúngico e anti-inflamatório de uso tópico a base de gentamicina (sulfato) 200mg, miconazol 2.000mg e betametasona (valerato) 100mg a cada 100ml, forma aerosol. Frasco com 50g/120ml. Produto de referência: Dermotrat Aerosol ou similar.	435204	und	30	10	30	67,20	2.016,00
06	Alimento enlatado balanceado para cães adultos, contendo carne bovina, carne de frango e/ou carne ovina, enriquecido com vitaminas A/B1/B2 /B6/B12/D/E, potássio, zinco, cálcio, sódio, proteína bruta mínima 8%. Lata com no mínimo 280g.	74381	und	240	50	240	5,53	1.327,20
				COAD				
				300	50	300	1.659,00	
				BPE/DF				
07	Analgésico, anti-inflamatório e antiedematoso, composto de dimetilsulfóxido 67.474mg, dexametasona (acetato) 110mg, cloridrato de lidocaína 1.000mg a cada 100g. Pote com 300g. Produto de referência: DM Gel ou similar.	439490	und	10	5	10	133,16	1.331,60
08	Antibiótico oral composto de 500mg de metronidazol + 500mg de sulfadimetoxina por comprimido. Caixa com 10 comprimidos cada. Produto de referência: Giardacid 500mg ou similar.	150364	und	150	30	150	96,32	14.448,00
				COAD				
				20	5	20	1.926,40	
				BPE/DF				

09	Antigalactogênico não hormonal para cadelas, composto de 2mg de metergolina por comprimido. Caixa com 16 comprimidos cada. Produto de referência: Sec Lac 20 ou similar.	422411	und	20	5	20	102,82	2.056,40
				COAD				
				50	5	50		5.141,00
				BPE/DF				
10	Antiparasitário concentrado para banho a base de amitraz a 12,5%. Frasco com 1 litro. Produto de referência: Amitraz ou similar.	410302	und	20	5	20	57,46	1.149,20
11	Antiparasitário oral a base de afoxolaner, 01 tablete mastigável, para cães de 25,1 - 50Kg. Caixa com 01 comprimido cada. Produto de referência: Nexgard ou similar.	447266	und	150	50	150	71,63	10.744,50
12	Carprofeno, concentração 100mg, forma farmacêutica comprimido, uso veterinário. Caixa com 14 comprimidos. Produto de referência: Rimadyl ou similar.	407466	und	50	10	50	55,62	2.781,00
13	Colar elizabetano de polipropileno número 10. Embalagem individual.	355851	und	30	10	30	24,88	746,40
14	Colar elizabetano de polipropileno número 12. Embalagem individual.	355851	und	30	10	30	39,25	1.177,50
15	Colar elizabetano de polipropileno número 9. Embalagem individual.	355851	und	30	10	30	27,40	822,00
16	Coleira a base de detalmetrina a 4% e propoxur a 12%, com tempo de ação contra mosquitos de no mínimo 24 semanas, para cães de grande porte. Embalagem individual. Produto de referência: Leevre ou similar.	438823	und	120	50	120	50,91	6.109,20
17	Coleira a base de detalmetrina, com tempo de ação contra mosquitos de no mínimo 16 semanas, para cães de grande porte. Embalagem individual. Produto de referência:	442435	und	120	50	120	55,46	6.655,20

	Scalibor ou similar.							
18	Ectoparasiticida com ação repelente, de uso tópico, na forma de pipeta, composto de dinotefuran 4,95g, piriproxifen 0,44g e permetrina 36,08g por 100ml, para cães de 25 a 40kg. Embalagem individual. Produto de referência: Vectra 3D ou similar	150364	und	300	50	300	80,59	24.177,00
19	Inseticida e acaricida sistêmico a base de fluralaner, 01 comprimido de 1000mg, para cães de 20 - 40kg. Caixa com 01 comprimido cada. Produto de referência: Bravecto ou similar.	150364	und	100	30	100	174,65	17.465,00
				COAD				
				20	5	20		3.493,00
				BPE/DF				
20	Limpador auricular para cães a base de ácido láctico e ácido salicílico. Frasco com 100ml.	440214	und	30	10	30	43,57	1.307,10
				COAD				
				50	10	50		2.178,50
				BPE/DF				
21	Medicamento antibiótico a base de cefalexina (monohidratada) na concentração 600mg por comprimido. Embalagem com 10 comprimidos cada. Produto de referência: Celesporin ou similar.	412385	und	50	10	50	50,45	2.522,50
22	Pomada cicatrizante composta de sulfato de gentamicina 0,5g, sulfanilamina 5,0g, sulfadiazina 5,0g, uréia 5,0g, vit. A 120.000UI. Embalagem com 50g. Produto de referência: Vetaglós ou similar.	435204	und	20	5	20	31,13	622,60
				COAD				
				30	5	30		933,90
				BPE/DF				
23	Pomada cicatrizante homeopática para cães, composta de bellis perennis 10-14, calêndula officinalis 10-14, myristica sebifera 10-14, veículo qsp 1000g. Embalagem com 60g. Produto de referência: CMR Homeo Pet ou similar.	150364	und	10	5	10	90,75	907,50
				COAD				
				30	5	30		2.722,50
				BPE/DF				
24	Pomada cicatrizante veterinária, com princípio ativo de alantoína, ácido tânico, óxido de zinco, concentração	150364	und	20	5	20	102,28	2.045,60

	2%+2%+2%. Embalagem com 250g. Produto de referência: Alantol ou similar.							
25	Pomada repelente de moscas, com essência de citronela 10g e excipiente qsp 100g. Embalagem com 100g. Produto de referência: Karflae Citronela ou similar.	150364	und	20	5	20	44,45	889,00
				COAD				
				30	5	30		1.333,50
				BPE/DF				
26	Shampoo antifúngico e antibacteriano, composto de cetozonazol a 4% + digluconato de clorexidine a 20%. Frasco com 500ml. Produto de referência: Cetodine ou similar.	150364	und	50	20	50	87,15	4.357,50
				COAD				
				10	5	10		871,50
				BPE/DF				
27	Shampoo de uso veterinário, composto de peróxido de benzoíla, glicerina, concentração 3,5% + 1%, característica adicional com microcápsulas spherulites 6%. Frasco com 01 litro. Produto de referência: Peroxydex ou similar.	439410	und	30	10	30	127,18	3.815,40
				COAD				
				10	2	10		1.271,80
				BPE/DF				
28	Shampoo neutro para cães. Frasco com 05 litros.	448051	und	50	10	50	67,91	3.395,50
				COAD				
				10	2	10		679,10
				BPE/DF				
29	Solução injetável de dexametasona (fosfato de sódio) na concentração 200mg/100ml. Frasco com 10ml. Produto de referência: Dextar ou similar.	150364	und	50	10	50	7,76	388,00
				COAD				
				5	2	5		38,80
				BPE/DF				
30	Solução líquida de aplicação tópica em spray para o controle de ectoparasitas (pulgas e carrapatos) a base de fipronil (0,25%) para cães com até 15Kg. Frasco com 250ml. Produto de referência: Frontline Spray ou similar.	413954	und	100	30	100	132,11	13.211,00
31	Solução para unção punctiforme tópica para o controle de ectoparasitas (pulgas e carrapatos) a base de selamectina (12%), para	443436	und	300	50	300	77,43	23.229,00
				COAD				

	cães com peso entre 20 - 40 quilos, com tempo de duração mínimo de 30 dias. Caixa com dosagem única. Produto de referência: Revolution 12% ou similar.			30	10	30		2.322,90
				BPE/DF				
32	Suplemento dermatológico contendo vitaminas, ômega 3, aminoácidos, leveduras e zinco para cães e gatos, que contenha as seguintes quantidades mínimas por comprimido: biotina (mín. 3,0mg), extrato de leveduras (mín. 100g), metionina (mín. 9,4mg), ômega 3 (mín. 0,46mg), ômega 6 (mín. 0,6mg), tirosina (mín. 2,1mg), vitamina A (mín. 5000UI), vitamina E (mín. 70UI), zinco quelato (mín. 5,0mg). Frasco com 60 comprimidos. Produto de referência: Pelo & Derme Gold ou similar.	150364	und	100	20	100	47,90	4.790,00
				COAD				
				80	20	80		3.832,00
				BPE/DF				
33	Suplemento substituto do leite materno para filhotes de cães, fortificado com vitaminas, minerais e aminoácidos, com probiótico, sem lactose. Embalagem com 300g. Produto de referência: Pet Milk ou similar.	150364	und	20	5	20	65,74	1.314,80
34	Suplemento/regenerador articular contendo sulfato de condroitina (mín.) 262g/kg, sulfato de glicosamina (mín.) 298g/kg, extrato de yucca (mín.) 1.429mg/kg, manganês (mín.) 756mg/kg, magnésio (mín.) 857mg/kg, cobre (mín.) 1.607mg/kg, zinco (mín.) 1.667mg/kg e cálcio (mín.) 7mg/kg. Comprimidos de 2,1g (um para cada 25kg de peso vivo). Frasco com 60 comprimidos. Produto de referência: Pro Cart 25 ou similar.	150364	und	100	20	100	99,28	9.928,00
				COAD				
				50	10	50		4.964,00
				BPE/DF				
35	Vermífugo a base de f mebendazol 500mg, dosagem de 01	409160	und	150	50	150	32,73	4.909,50

	comprimido para cada 10kg de peso vivo, com palatabilizante, caixa com 06 comprimidos cada. Produto de referência: Fenzol Pet ou similar.							
36	Vermífugo com princípio ativo a base de febantel, pamoato de pirantel e praziquantel, dosagem de 01 comprimido para 10kg de peso vivo. Caixa com 04 comprimidos cada. Produto de referência: Drontal Plus ou similar.	409259	und	150	50	150	31,90	4.785,00
				COAD				
				200	50	200		6.380,00
				BPE/DF				
VALOR TOTAL - MATERIAL DE CONSUMO DE USO VETERINÁRIO - COAD							178.994,20	
VALOR TOTAL - MATERIAL DE CONSUMO DE USO VETERINÁRIO - BPE/DF							42.033,50	
MATERIAL DE CONSUMO DE USO FARMACÊUTICO								
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT (*)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL / UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
37	Agulha hipodérmica, material aço inoxidável siliconizado, dimensão 18G x 1 1/2" (1,20 X 40mm), ponta bisel curto trifacetado, conexão conector luer lock ou slip em plástico, estéril, descartável, embalada individualmente, caixa com 100 unidades.	439799	und	2	1	2	7,43	14,86
38	Agulha hipodérmica, material aço inoxidável siliconizado, dimensão 22G x 1' (0,7 X 25mm), ponta bisel curto trifacetado, conexão conector luer lock ou slip em plástico, estéril, descartável, embalada individualmente, caixa com 100 unidades.	439807	und	3	1	3	6,97	20,91
39	Atadura de crepom 15cm x 1,8m - 13 fios/cm² - 100% algodão, embalagem com 12 unidades/cada.	361770	und	24	10	24	32,91	789,84
40	Bandagem elástica autoaderente – tipo coban – 10cm x 4,5m ou 5,0m – qualquer cor ou estampa, embalagem individual.	381974	und	36	10	36	22,36	804,96
				COAD				
				50	10	50		1.118,00
				BPE/DF				
41	Compressa de gaze cirúrgica - 7,5 x 7,5cm (dobrada) - 13 fios/cm²	269587	und	20	10	20	13,68	273,60

	- 100% algodão hidrófilo, embalagem com 500 unidades/cada.							
42	Equipo de infusão, material pvc cristal, comprimento mín. 120cm, câmara flexível c/filtro de ar, gotejador macrogotas, pinça regulador de fluxo, c/ injetor lateral 'y', valvulado, conector luer c/ tampa, estéril, descartável, embalagem individual.	196910	und	100	30	100	4,30	430,00
43	Esparadrapo impermeável - 100mm x 4,5m.	278500	und	50	20	50	5,79	289,50
44	Esparadrapo Micropore - 100mm x 10m.	150364	und	30	10	30	15,93	477,90
45	Scalp estéril para acesso venoso periférico 21G, com dispositivo de segurança e borboleta, cânula trifacetada em inox e siliconizada, embalagem individual.	193590	und	100	30	100	1,26	126,00
46	Seringa, material polipropileno, capacidade 10 ml, bico central luer lock ou slip, vedação êmbolo de borracha, adicional graduada, numerada, componente adicional c/ sistema segurança segundo NR32, estéril, descartável, embalagem individual.	439641	und	100	50	100	0,57	57,00
47	Seringa, material polipropileno, capacidade 3 ml, tipo bico central luer lock ou slip, tipo vedação êmbolo de borracha, adicional graduada, numerada, componente adicional c/ sistema segurança segundo NR32, estéril, descartável, embalagem individual.	439640	und	200	50	200	0,15	30,00
48	Seringa, material polipropileno, capacidade 5 ml, bico central luer lock ou slip, vedação êmbolo de borracha, adicional graduada, numerada, componente adicional c/ sistema segurança segundo NR32, estéril,	439639	und	200	50	200	0,23	46,00

	descartável, embalagem individual.							
49	Solução de Peróxido de Hidrogênio 3% (10 Vol.) - uso externo. Embalagem com 1 litro.	277319	litro	12	5	12	6,92	83,04
50	Solução Isotônica de Cloreto de Sódio a 0,9% - em sistema fechado, para uso intravenoso - substância estéril e apirogênica, frasco com 500ml.	268236	und	36	10	36	3,88	139,68
				COAD				
				100	10	100		388,00
				BPE/DF				
VALOR TOTAL - MATERIAL DE CONSUMO DE USO FARMACÊUTICO - COAD							3.583,29	
VALOR TOTAL - MATERIAL DE CONSUMO DE USO FARMACÊUTICO - BPE/DF							1.506,00	
MATERIAL DE CONSUMO DE TREINAMENTO								
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT (*)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL / UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
51	Almofada em tecido bite suite (bitepillow), 40% poliamida e 60% algodão, com 28cm de comprimento, 20cm de largura e 5cm de altura, forro de nylon 240, com uma camada de feltro de 6mm e uma de espuma de 10mm, com 3 alças. Marca Hundesport ou similar.	150364	und	5	5	5	97,95	489,75
				COAD				
				5	2	5		489,75
				BPE/DF				
52	Bolinha maciça não lisa, confeccionada em material termoplástico injetado, resistente a mordida de cães de grande porte, com diâmetro de 6cm, com orifício central para corda de polipropileno, com 8mm de espessura e, no mínimo, 25cm de comprimento, com largura e disposição adequada a não permitir o acesso do animal ao nó que prende a corda. Marca Hundesport ou similar.	268023	und	50	20	50	40,38	2.019,00
				COAD				
				20	2	20		807,60
				BPE/DF				
53	Bolinha maciça não lisa, confeccionada em material termoplástico injetado, resistente a mordida de cães de grande porte, com diâmetro de 7cm, com orifício central para corda de polipropileno, com 8mm de espessura e, no mínimo, 25cm de comprimento, com largura e disposição	150364	und	100	50	100	52,62	5.262,00
				COAD				
				50	10	50		2.631,00

	adequada a não permitir o acesso do animal ao nó que prende a corda. Marca Hundesport ou similar.			BPE/DF				
54	Guia para cães de grande porte, confeccionadas em couro legítimo, sem emendas, com espessura de 5 a 6mm, largura de 10 a 11mm, comprimento de 1,50m, com alça trançada, com mosquetão de alta resistência e abertura lateral com molas.	315494	und	50	20	50	51,77	2.588,50
				COAD				
				30	2	30		1.553,10
				BPE/DF				
55	Luva plástica descartável, translúcida ou leitosa, confeccionada em filme de polietileno de alta densidade, de consistência atóxica e não perecível, tamanho único, pacote com 100 unidades.	63320	und	50	20	50	1,49	74,50
				COAD				
				20	2	20		29,80
				BPE/DF				
56	Peitoral de condução e identificação para cães adultos de grande porte, confeccionado em tecido resistente, tamanho único ajustável, com alça para mão do condutor, fecho de engate de nylon, e trava de segurança com velcro. Marca Hundesport ou similar.	373015	und	10	5	10	87,55	875,50
57	Peitoral para cães filhotes de grande porte, confeccionado em fita de nylon (prolipropileno), com 50mm de largura e aproximadamente 2mm de espessura. Marca Hundesport ou similar.	315527	und	10	5	10	55,33	553,30
58	Salsicha de mordida para filhote, em tecido bite suite, 40% poliamida e 60% algodão, com dimensões de 28 a 30cm de comprimento e 4 a 6cm de largura, recheada com manta acrílica, contendo 2 alças. Marca Hundesport ou similar.	150364	und	15	10	15	39,35	590,25
				COAD				
				30	10	30		1.180,50
				BPE/DF				
59	Tecido atalhado, 100% algodão, com largura mínima de 1,40m, na	65749	metro	60	20	60	12,95	777,00

	cor branca.							
VALOR TOTAL - MATERIAL DE CONSUMO DE TREINAMENTO - COAD							13.229,80	
VALOR TOTAL - MATERIAL DE CONSUMO DE TREINAMENTO - BPE/DF							6.691,75	
ÓRGÃOS PARTICIPANTES COM ENTREGA EM OUTROS ESTADOS								
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT (*)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. TOTAL / UNIDADE	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
60	Idem Item 01 - com entrega em Campo Grande/MS (SR/PF/MS).	311057	kg	1.100	300	1.100	11,05	12.155,00
61	Idem Item 01 - com entrega em Rondonópolis/MT (SR/PF/MT).	311057	kg	440	-	-	11,20	4.928,00
62	Idem Item 01 - com entrega em Belo Horizonte/MG (SR/PF/MG).	311057	kg	240	-	-	15,33	3.679,20
63	Idem Item 01 - com entrega em Recife/PE (SR/PF/PE).	311057	kg	900	-	-	12,93	11.637,00
VALOR MÁXIMO TOTAL DE REFERÊNCIA - ÓRGÃO GERENCIADOR								294.807,29
VALOR MÁXIMO TOTAL DE REFERÊNCIA - SR/PF/MS								12.155,00
VALOR MÁXIMO TOTAL DE REFERÊNCIA - SR/PF/MT								4.928,00
VALOR MÁXIMO TOTAL DE REFERÊNCIA - SR/PF/MG								3.679,20
VALOR MÁXIMO TOTAL DE REFERÊNCIA - SR/PF/PE								11.637,00
VALOR MÁXIMO TOTAL DE REFERÊNCIA - BPE/DF								50.231,25

1.5. Em função do valor total de todos os Itens estarem abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007;

1.6. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio no procedimento licitatório, por tratar-se de compra de produtos de baixa complexidade técnica e de pequeno vulto e por entender-se que a vedação não restringirá a competitividade do certame.

1.7. As estimativas de consumo individualizadas do Órgão Gerenciador encontram-se definidas na Planilha Geral de Quantitativos acima;

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição em tela, no caso do Órgão Gerenciador, objetiva atender a demanda das Áreas de Veterinária e de Ensino do Serviço de Canil Central da Polícia Federal (SECAN), relativas à alimentação e aos cuidados diários, assim como, aos treinamentos técnicos dos animais;

2.2. As quantidades constantes neste Termo de Referência foram definidas considerando o atendimento da demanda durante o período de 12 (doze) meses, mantendo o estoque em quantidade regular, resguardando os prazos de validade dos produtos;

2.3. Os animais de trabalho da PF são submetidos a treinamentos técnicos diários compostos de uma série de atividades que requer, além do consumo de uma ração balanceada e de boa qualidade, a utilização de produtos e materiais técnicos específicos, visando sempre a manutenção da saúde dos cães, como também, o desempenho de suas funções com maior agilidade, com sentidos mais aguçados e, consequentemente, com uma resposta mais eficaz aos eventos a que forem submetidos.

2.4. Das Especificações

2.4.1. Os produtos a serem fornecidos deverão atender as especificações constantes neste Instrumento, assim como, estar em conformidade com a legislação vigente, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental em sua fabricação;

2.4.2. As especificações constantes neste Instrumento não estão direcionadas a nenhum fornecedor ou marca determinada, porém, objetivam a aquisição de produtos com o padrão de qualidade e desempenho que a demanda exige;

2.4.3. Observa-se a existência de várias marcas no mercado que atendem as especificações definidas neste Instrumento;

2.4.4. Os itens que possuem prazo de validade deverão apresentar prazo de validade restante não inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante, no momento da entrega do produto;

2.4.5. Para os itens de 01, 02, 60, 61, 62 e 63 deverão ser consideradas ainda as seguintes especificações:

2.4.5.1. Estar em conformidade com o Regulamento da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, anexo ao Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2001, assim como, com as demais Normas Técnicas vigentes.

2.4.5.2. Estar em conformidade com as Instruções Normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, relativas à fabricação e comercialização de alimentação animal, notadamente ao que se refere à alimentação canina.

2.4.5.3. Ser de categoria “Super Premium”.

2.4.5.3.1. A opção pela ração de qualidade “Super Premium” visou atender a necessidade de oferecer aos cães de trabalho da PF uma alimentação que propicie a saúde animal e o bom rendimento desses animais para as atividades de combate ao crime que desempenham;

2.4.5.3.2. Rações denominadas “Populares” são produtos mais baratos, normalmente, formuladas com subprodutos de milho, soja, farelo de algodão e etc., os quais não são os ingredientes mais indicados para alimentação de cães, devido à sua baixíssima digestibilidade;

2.4.5.3.3. As Rações intermediárias (“Standard” e “Premium”) são produtos que têm um compromisso maior com a sua qualidade, são formuladas com ingredientes qualitativamente melhores que as rações populares, contêm farinha de carne e ossos, glúten de milho, gordura animal, entre outras matérias-primas, contudo, ainda não são “ideais” quanto à digestibilidade, porque obtêm o percentual ideal de proteína com a utilização de ingredientes de menor digestibilidade como a soja, o milho ou o glúten;

2.4.5.3.4. As rações “Super Premium” são produtos de primeira qualidade em nutrição canina, têm sua formulação baseada em produtos de origem animal como a carne de frango, porco, ovelha, peru, peixe, digestas de frango, e etc., e possuem maior digestibilidade;

2.4.5.3.5. Com digestibilidade maior, o trato digestivo canino tem menos “trabalho” para metabolizar o alimento, promovendo assim uma vida mais ativa e saudável ao animal, bem como, um consumo diário menor de ração;

2.4.5.3.6. O cão bem alimentado desempenha suas funções com maior agilidade, com sentidos mais aguçados e, por consequência, amplia as possibilidades de apresentar a resposta esperada nos eventos a que forem submetidos;

2.4.5.3.7. As especificações das rações definidas neste instrumento estão dentro do estipulado pelo mercado brasileiro para rações “Super Premium” para cães, existindo, nesta data, mais de um fabricante que produza o produto dentro das exigências estabelecidas.

2.4.5.4. Apresentar formulação fixa, sem eventuais substitutos;

2.4.5.5. Não conter em sua composição: carne bovina e seus subprodutos, farinha de sangue, ossos ou penas, corantes, aromatizantes artificiais, soja ou quaisquer de seus subprodutos, excetuando-se a proteína hidrolisada de soja;

2.4.5.6. Ser embalada em saco de polietileno opaco, com fotoprotetor, resistente e hermeticamente fechado, em conformidade com as Normas vigentes do MAPA;

2.4.5.7. Conter impressa na embalagem a identificação e o número de registro do fabricante no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a composição básica e os níveis de garantia do produto, a data de industrialização, o prazo de validade, o número de lote, bem como, demais exigências previstas na IN MAPA nº 30, de 05 de agosto de 2009;

2.4.5.8. O peso líquido para as rações correspondentes aos itens de 01, 02, 60, 61, 62 e 63 poderá variar entre 10 a 20kg (dez a vinte quilos);

2.4.5.9. Apresentar prazo de validade explícito na embalagem de, no mínimo, 12 (doze) meses, quando o fabricante não especificar prazo superior.

2.5. Do Sistema de Registro de Preços

2.5.1. A demanda dos quantitativos dos produtos a serem adquiridos estão diretamente ligados a quantidade de cães alocados atualmente no SECAN;

2.5.2. Essa demanda, no entanto, poderá sofrer variações ao longo da execução do Contrato pretendido, tendo em vista que a quantidade de cães do SECAN é variável;

2.5.3. Dentre os fatores que podem influenciar na quantidade de cães alocados no SECAN, pode-se citar:

2.5.3.1. O resultado e aproveitamento dos cães oriundos do programa de reprodução atualmente em vigor.

2.5.3.2. A distribuição de animais para as Unidades Caninas Regionais em função da realização efetiva de cursos de formação de operadores de cães.

2.5.3.3. A implantação de novas Unidades Caninas Regionais.

2.5.3.4. A aposentadoria (doação) dos cães por idade, saúde ou por motivos técnicos.

2.5.3.5. O recolhimento de cães alocados nas Unidades Caninas Regionais, seja para manutenção de treinamento, seja devido ao fechamento da Unidade.

2.5.3.6. A possibilidade de compra/aquisição de novos animais através de procedimento licitatório ou em função de acordos firmados com outras entidades, entre outros.

2.5.4. Diante do exposto, visualiza-se a viabilidade de adoção do regime de Sistema de Registro de Preços para aquisição em tela, com entregas parceladas e quantidades variáveis, uma vez que não se pode estimar, com precisão, o consumo mensal/anual dos produtos pretendidos, o que se enquadra no previsto no art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, Incisos I, II e IV;

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a

programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”.

2.5.5. Outro fator determinante para a adoção do Sistema de Registro de Preços é o fato de alguns itens tratarem de produtos perecíveis, o que inviabiliza o estoque em grandes quantidades;

2.5.6. Após o Registro de Preços, a contratação com o fornecedor registrado será formalizada pelo Órgão Gerenciador e demais Órgãos Participantes, quando for o caso, por meio de instrumentos contratuais apartados, tendo em vista que as entregas poderão ocorrer em Estados diferentes da Federação, de forma individualizada;

2.5.7. De acordo com o previsto no Art. 7º, § 2º do Decreto nº 7.892/13, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização da Ata ou outro instrumento hábil;

2.5.8. Registrado o preço e assinada a Ata, a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão), sempre que requisitada(s) pelo Órgão Gerenciador (PF) e demais Órgãos Participantes, fornecer os produtos especificados neste Termo de Referência, pelos valores que foram devidamente registrados na Ata de Registro de Preços.

2.6. Do Prazo de Validade da Ata

2.6.1. A Ata terá prazo de validade de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

2.7. Dos Critérios Ambientais

2.7.1. A fabricação dos produtos a serem fornecidos deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;

2.7.2. Os materiais e peças empregados na fabricação dos produtos deverão atentar para a redução de impacto ambiental, podendo ser exigido do fornecedor a comprovação de que a fabricação do produto:

2.7.2.1. Utiliza, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis.

2.7.2.2. Prioriza, quando possível, o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para fabricação do objeto.

2.7.2.3 Utiliza materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

2.7.3. A comprovação de que trata o item 2.7.2, poderá ser feita através da apresentação de licença ou certificado de conformidade ambiental, emitida por órgão executivo de fiscalização ambiental, em quaisquer das esferas (municipal, estadual ou federal) ou por instituição credenciada, ou ainda por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem a ser fornecido cumpre com as exigências do Edital e seus anexos quanto aos requisitos ambientais;

2.7.4. A apresentação da licença/certificado nas condições supracitadas, quando solicitadas, dar-se-á no interstício entre a seleção da proposta e a adjudicação dos objetos de aquisição, para que esta última possa ser realizada.

2.8. Dos Documentos de Habilitação

2.8.1. Como condição de habilitação a licitante deverá:

2.8.1.1. Para os Itens de 01, 02, 60, 61, 62 e 63:

a) Comprovar que o fabricante do produto possui registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, conforme previsto em suas Normas Técnicas vigentes, de acordo com o Art. 6º do Decreto nº 6.296/2007.

2.8.1.2. Para os Itens de 01 a 36 e de 60 a 63:

a) Comprovar que o responsável técnico possui registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, conforme exige a Resolução nº 1.177/2017 – CFMV.

2.8.1.3. Para os Itens de 03 a 36:

a) Apresentar certificado de registro de estabelecimento comerciante de produtos veterinários, expedido pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 5.053, de 22 de abril de 2004.

b) Apresentar Registro ou inscrição do medicamento no Ministério da agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, quando for o caso.

2.8.1.4. Para os Itens de 37 a 50:

a) Apresentar Autorização de Funcionamento da empresa expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA ou por outro órgão regional competente.

2.9. Da Relação Demanda Quantidade

2.9.1. Os quantitativos estimados para a presente aquisição, no caso do Órgão Gerenciador, visam o atendimento da demanda necessária à alimentação, aos cuidados diários e ao treinamento dos cães do SECAN, durante o período de 12 (doze) meses;

2.9.2. O quantitativo atual total do plantel da PF é de 64 (sessenta e quatro) cães adultos formados e 17 (dezessete) cães filhotes em formação;

2.9.3. Do quantitativo total supramencionado 23 (vinte e três) cães adultos formados, 17 (dezessete) cães filhotes em treinamento encontram-se atualmente lotados no SECAN, em Brasília;

2.9.4. Esse efetivo, entretanto, depende de vários fatores, tais como, do resultado do programa de reprodução, da aquisição de novos

animais, da distribuição ou recolhimento de animais das Unidades Caninas Regionais, da baixa técnica ou aposentadoria dos animais, entre outros;

2.9.5. Assim, os quantitativos em questão foram estimados considerando as variáveis que seguem:

- a) A média de 30 (trinta) animais alocados no SECAN, ao longo dos últimos 12 (doze) meses.
- b) A previsão de realização de 02 (dois) cursos de operador de cães detectores de drogas e 01 (um) curso de operador de cães detectores de explosivos, previsto para o ano de 2020.
- c) O resultado do programa de reprodução a ser desenvolvido ao longo dos anos de 2020/2021, que poderá gerar um acréscimo de aproximadamente mais 12 (doze) filhotes.
- d) O consumo médio de 600g (seiscentos gramas) de ração diária por animal adulto.
- e) O consumo médio de 600g (seiscentos gramas) de ração diária por animal filhote.

2.9.6. Cabe ressaltar, no entanto, que os quantitativos levantados são meramente estimativos, uma vez que dependem dos fatores já mencionadas no item 2.5.3.

2.10. Do Instrumento de Contrato

2.10.1. A obrigatoriedade ou não de formalização de Termo de Contrato deverá ser definida pelo **Serviço de Contratos/DICON/COAD/DLOG/PF**, com observância ao art. 62 da Lei 8.666/93.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019.

4. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados da emissão e conhecimento da Nota de Empenho, em remessa **parcelada**, nos seguintes endereços:

- a) Órgão Gerenciador - Serviço de Canil Central da Polícia Federal, localizado no Setor Policial Sul, Quadra 07, Lote 23 – Brasília/DF – CEP 70.610-902, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.
- b) Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS) – Entrega na rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho - Campo Grande/MS - CEP: 79.110-500, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.
- c) Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso (SR/PF/MT) – Entrega na Delegacia da Polícia Federal em Rondonópolis/MT (DPF/ROO/MT), localizada na rua Sete de Setembro, nº 558, Vila Birigui, Rondonópolis/MT – CEP: 78.705-010, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.
- d) Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (SR/PF/MG) – Entrega na rua Nascimento Gurgel, 30 - bairro Gutierrez – Belo Horizonte/MG, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 14:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.
- e) Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE) – Entrega no Canil da Polícia Federal em Recife, localizado na rodovia BR 101, km 69, Cidade Universitária, Recife/PE, no horário das 08:00h às 15:00h, de segunda a sexta-feira.
- f) Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPE/DF) – Entrega na Av Duque de Caxias - s/nr - Setor Militar Urbano - CEP: 70.630-100, Brasília/DF, nos horários das 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 16:00h, de segunda a quinta-feira e das 08:00h às 11:30h na sexta-feira.

4.1.1. Não serão recebidos os produtos em dias e horários diferentes dos estabelecidos no subitem acima;

4.1.2. As parcelas serão delimitadas pelas requisições mínimas e máximas definidas na Planilha Geral de Quantitativos, não se podendo discriminar, no momento, as respectivas parcelas tendo em vista a impossibilidade de estimar, com precisão, o consumo mensal/anual dos produtos pretendidos, o que se enquadra no previsto no art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, Incisos I, II e IV;

4.1.3. As parcelas serão definidas em função da demanda da Área de Veterinária do SECAN, no caso do Órgão Gerenciador;

4.1.4. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais de fábrica, contendo marca, fabricante, procedência, prazo de validade, quando for o caso, e demais exigências constantes da legislação em vigor;

4.1.5. As solicitações de entrega serão realizadas pelo Órgão Gerenciador e demais Órgãos Participantes, quando for o caso, mediante requisição específica de cada Órgão, podendo a quantidade variar de acordo com a necessidade do Órgão demandante, à época do pedido;

4.1.6. Não serão aceitas embalagens rasgadas, avariadas, com rótulos adesivos removíveis ou grampeados, que se apagam com facilidade ou que foram manchados no decurso do transporte/armazenamento, bem como, que não atendam as especificações constantes neste Termo de Referência;

4.1.7. O Contratante poderá, a qualquer tempo, realizar auditoria na fábrica para verificação da origem e qualidade da matéria prima, bem como, para verificação das práticas de fabricação;

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante;

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas,

sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante o atesto da nota fiscal;

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.7. No caso dos itens de 01, 02, 60, 61, 62 e 63 deverá ser apresentado no momento da entrega da **primeira remessa do produto**:

4.7.1. Teste de digestibilidade “in vivo” apresentando digestibilidade mínima de 84%, conforme o necessário para a classificação Super Premium.

4.7.1.1. Tal exigência visa comprovar se o produto ofertado na proposta apresenta a digestibilidade mínima necessária a categoria Super Premium, garantindo assim uma vida mais ativa e saudável ao animal, bem como, um consumo diário menor de ração.

4.7.2. Exame Bromatológico, em conformidade com as Normas vigentes do MAPA, para comprovação de que a formulação do produto está em conformidade com o especificado no Edital e seus anexos.

4.7.2.1. A qualquer tempo, caso entenda necessário, a Área de Veterinária do SECAN poderá exigir, a apresentação de novo exame Bromatológico realizado em laboratório oficial de referência, indicado pela Administração, às expensas da futura Contratada, visando à comprovação dos níveis nutricionais do produto entregue, de acordo com as especificações do Edital e seus anexos, bem como, da proposta da Contratada, limitando-se ao máximo de 03 (três) exames extras ao longo da execução da Ata.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando

em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Fiscais serão encaminhadas, por escrito, à autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das imediatas medidas saneadoras;

9.5. Aos Fiscais reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Nota Fiscal/Fatura se, no ato da apresentação, a execução da Ata não estiver de acordo com o especificado no Edital e seus anexos.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato;

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

10.6. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante;

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa;

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \frac{(6/10)}{365} \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, quando for o caso, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de Sistema de Registro de Preços, o que não configura a obrigatoriedade da aquisição.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

13.2.1. **advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. **multa moratória** de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

13.2.3. **multa compensatória** de 0,4 % (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. **suspensão** de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

13.2.6. **impedimento** de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa,

descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1. O custo estimado da contratação é de:

14.1.1. Polícia Federal – COAD – UASG 200334: **R\$ 294.807,29 (duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e sete reais e vinte e nove centavos);**

14.1.2. Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS) – UASG 200354: **R\$ 12.155,00 (doze mil, cento e cinquenta e cinco reais);**

14.1.3. Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso (SR/PF/MT) – UASG 200374: **R\$ 4.928,00 (quatro mil, novecentos e vinte e oito reais);**

14.1.4. Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (SR/PF/MG) – UASG 200350: **R\$ 3.679,20 (três mil, seiscentos e setenta e nove reais e vinte centavos);**

14.1.5. Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE) – UASG 200398: **R\$ 11.637,00 (onze mil, seiscentos e trinta e sete reais);**

14.1.6. Batalhão de Polícia do Exército de Brasília – UASG 160060: **R\$ 50.231,25 (cinquenta mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos);**

14.2. Após pesquisa de preços de mercado, estimou-se os valores unitários máximos de referência, conforme discriminados na Planilha Geral de Quantitativos, constante no Item 1.4 deste Termo;

14.3. Não serão admitidas propostas com valores unitários superiores aos Valores Unitários Máximos de Referência discriminados na Planilha supramencionada.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. De acordo com o previsto no Art. 7º, § 2º do Decreto nº 7.892/13, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização da Ata ou outro instrumento hábil.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO AZEM, Chefe de Serviço**, em 26/02/2020, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13952477** e o código CRC **688AF980**.

Referência: Processo nº 08200.009325/2019-21	SEI nº 13952477
----------------------------------------------	-----------------